

CURRICULUM

I. DADOS PESSOAIS

Adriana Valéria Pugliesi, brasileira, divorciada, inscrita no CPF/MF sob n. 094.447.338-58, advogada inscrita na OAB-SP sob n. 110.730, portadora do RG-SSP/SP sob n. 18.205.807-4.

Endereço profissional: Av. Angélica, 2163, 6º andar, cj. 66 – CEP 01227-200 – São Paulo-SP – tel. (11) 3083.0767.

Endereço eletrônico: pugliesi@pugliesi.adv.br

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4393435796771974>

II. FORMAÇÃO ACADÊMICA

AMP – Advanced Management Program, no ISE/IESE – Business School, concluído em 2020.

Doutora em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, mediante defesa de tese com aprovação “*cum laude*” em 01 de junho de 2.012, com a defesa da tese: “*A falência e a preservação da empresa: compatibilidade?*”

Mestre em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 07 de junho de 2.006 com a defesa da dissertação: “*A evolução do tratamento jurídico da empresa em crise no Direito Brasileiro.*”

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, concluído em 1.989.

III. PUBLICAÇÕES

III.A LIVROS

“*Recuperação empresarial e Falência*”, in Tratado de Direito Empresarial, Vol. V, Coord. Modesto Carvalhosa, em coautoria com SALLES DE TOLEDO, Paulo Fernando; JUSTINO, Manoel; e PEREIRA CALÇAS, Manoel de Queiroz. Thomsom Reuters, Revista dos Tribunais, São Paulo, 3ª edição, 2022.

“*Direito falimentar e preservação da empresa*”, Editora Quartier Latin, São Paulo, 2.013.

III.B ARTIGOS E CAPÍTULOS DE OBRA COLETIVA

“Negócio jurídico celebrado no período de concordata da devedora a benefício dos credores. Validade plena e impossibilidade de ação revocatória.” *In Direito Empresarial e suas Interfaces Volume 4 – Homenagem a Fábio Ulhoa Coelho*, Coord. FRAZÃO, Ana; MONTEIRO DE CASTRO, Rodrigo; CAMPINHO, Sergio, Quartier Latin, 2022.

“Os reflexos da reforma na continuação da atividade do falido e a atuação do Administrador Judicial”, in “*O administrador judicial e a reforma da lei 11.101/2005*”, Coord. Scalzilli, João Pedro e Bernier, Joice Ruiz, Almedina, 2022.

“Comentários aos artigos 53 e 53 da Lei 11.101/05”, in *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas*, obra coletiva Coord. SALLES DE TOLEDO, Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2021.

“*Consolidação Substancial e o Caráter Negocial da Recuperação Judicial: Análise da Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*”, em coautoria com CALVO, Bianca Barcena, Volume da Revista de Direito Recuperacional e Empresa; coordenadores Des. ABRÃO, Carlos Henrique, Min. ROSADO DE AGUIAR JR., Ruy e TIMM, Luciano Benetti, Editora Revista dos Tribunais (2019).

“*O patrimônio no Direito Privado*”, XII SIMPÓSIO DE DIREITO CIVIL do Ceu Law School (2019).

“*O abuso da dependência econômica*”, obra coletiva com artigos em homenagem ao Prof. Newton de Lucca, Coord. FORGIONI, Paula Andrea, Editora dos Tribunais, 2019.

“*A exclusão de sócio na sociedade limitada*”, obra coletiva “Atualidades em Direito Societário e Mercado de Capitais III”, Coord. HANSZMANN, Felipe. Editora Lúmen Iuris, 2018.

“*Comentário ao enunciado n. 14: É vedado aos administradores das S/A votarem para aprovação/rejeição de suas próprias contas, mesmo que o façam por interposta pessoa.*”, em Coleção Súmulas – Direito Empresarial, Enunciados do CJF – Jornadas de Direito Comercial, Organizador Roberval Rocha, PODIVM, 2018.

“Comentário ao enunciado n. 43: A suspensão das ações e execuções previstas no art. 6º da Lei n. 11.101/05 não se estende aos coobrigados do devedor”, em Coleção Súmulas – Direito Empresarial, Enunciados do CJF – Jornadas de Direito Comercial, Organizador Roberval Rocha, PODIVM, 2018.

“Comentário ao enunciado n. 80: Para classificar-se credor, em pedido de habilitação, como privilegiado especial, em razão do art. 83, IV, “d” da Lei de Falências, exige-se cumulativamente que: (a) esteja vigente a LC 147/2014 na data em que distribuído o pedido de recuperação judicial ou decretada a falência do devedor; (b) o credor faça prova de que, no momento da distribuição do pedido de recuperação judicial ou da decretação da falência, preenchia os requisitos legais para ser reconhecido como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte”, em Coleção Súmulas – Direito Empresarial, Enunciados do CJF – Jornadas de Direito Comercial, Organizador Roberval Rocha, PODIVM, 2018.

“Créditos sujeitos à recuperação judicial”, em obra coletiva Contraponto Jurídico – Posicionamentos divergentes sobre grandes temas do Direito, Editora Thomson Reuters, 2018.

“Social business, ou empresa social”, em Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade – FIDES, 17ª edição, maio de 2018.

“A falência e o arrendamento no direito concursal brasileiro”, em Revista electrónica da Universidade do Porto - RED (<http://cije.up.pt/revistared>), publicado em Outubro/2017, coord. GUIMARÃES, Raquel, Editora Universidade do Porto - Portugal.

“O soberano interesse da Companhia e a oportunidade e conveniência na distribuição de lucro líquido ou constituição de conta de reserva, em S/A aberta prestadora de serviço público”, obra coletiva “Atualidades em Direito Societário e Mercado de Capitais II”, Coord. HANSZMANN, Felipe. Editora Lumen Iuris.

“Assembleia geral de credores e o abuso do voto na recuperação judicial”, 5º Volume da Revista de Direito Recuperacional e Empresa; coordenadores Des. ABRÃO, Carlos Henrique, Min. ROSADO DE AGUIAR JR., Ruy e TIMM, Luciano Benetti, Editora Revista dos Tribunais.

“A novação resultante da homologação do plano de recuperação judicial e a baixa dos protestos e inscrições em nome do devedor”, comentário em coautoria com SALLES DE TOLEDO, Paulo Fernando Campos; *Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores – Direito Comercial I*, coord. por WARDE JR., Walfrido Jorge, Editora Thomson Reuters-Revista dos Tribunais.

“Estão sujeitos à recuperação judicial os créditos existentes na data do pedido, não se submetendo aos seus efeitos os créditos posteriores ao pleito recuperacional”, comentário em coautoria com SALLES DE TOLEDO, Paulo Fernando Campos; *Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores – Direito Comercial I*, coord. por WARDE JR., Walfrido Jorge, Editora Thomson Reuters-Revista dos Tribunais.

“O acordo de acionistas e o poder do conselho de administração”, em coautoria com SALLES DE TOLEDO, Paulo Fernando Campos, in Coletânea “40 anos da Lei 6404/76 – Inovações, Desafios e Perspectivas, Coord. LUPION, Ricardo pela PUCRS – Escola de Direito, Fapergs, Editora Fi.

“Limites da autonomia privada nos planos de recuperação de empresas, sob a perspectiva do direito brasileiro”, Revista Eletrônica “Falência, Insolvência e Recuperação de Empresas, Coleções da FDUP, Edição da Universidade do Porto, Coord. Prof. Miguel Pestana de Vasconcelos, fev-2017.

“Limites da autonomia privada nos plano de reorganização de empresas”, Revista do Advogado n. 131 “Direito das empresas em crise”, Outubro de 2016, Ano XXXVI.

“A responsabilidade patrimonial do falido, a extensão dos efeitos da falência e a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida.” in Dez Anos da Lei n. 11.101/05 – Estudos sobre a Lei de Recuperação e Falência, obra coletiva coord. CERZETTI, Sheila Neder e MAFFIOLETTI, Emmanuele, Almedina, São Paulo, 2015.

“A flexibilidade do procedimento arbitral e os poderes instrutórios”, Revista de Direito Empresarial, RDEmp, Belo Horizonte/MG, ano 9, nº 3, 233-256, Editora Fórum, dez/2.012

“Superendividamento do consumidor: breves reflexões”, Revista da AJURIS, Porto Alegre/RS, nº 121, 13-46, mar/2.011, também publicado em DVD-ROM na Juris Plenum Ouro, Caxias do Sul/RS, nº 27, seção Doutrina, Editora Plenum, set/out 2.012

“Títulos de Crédito Eletrônicos: Noções Gerais e Aspectos Processuais”,
Títulos de Crédito, Coordenador Mauro Rodrigues Penteado, São Paulo/SP,
Editora Walmar, 1-24, 2.004.

IV. PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE CARÁTER ACADÊMICO E CIENTÍFICO

Associada Fundadora do Instituto Brasileiro de Estudos e Recuperação de Empresas – IBR

Associada TMA Brasil – Turnaround Management Association

Associada IWIRC – International Women’s Insolvency & Restructuring Confederation

V. ATIVIDADE DOCENTE

Professora do Curso de Direito Empresarial pelo Programa de Pós-Graduação Lato Sensu na FGV LAW-DIREITO-SP, desde 2013 até a presente data.

Professora de Direito Empresarial no IBMEC-SP, nos cursos de bacharelado em Direito e em Administração, desde 2024.

Professora convidada na Escola Paulista da Magistratura – EPM, no curso de pós-graduação lato sensu em Direito Empresarial, desde 2014 até a presente data.